

RESUMO

Este artigo descreve e discute algumas contribuições teóricas e empíricas, ao estudo do conceito e dos determinantes de crises e adaptação no desenvolvimento adulto. Considera-as como pontos num contínuo, variando de enfoques não-normativos a normativos. A autora assume um ponto de vista interacional-comportamental e sugere algumas direções de pesquisa e intervenção aos praticantes de Psicologia e Educação no Brasil, na década de 80.

ABSTRACT

This paper describes and discusses some theoretical and empirical contributions to the study of the concept and determinants of points of transition and adaptation in adult development. They are presented as points along a continuum, including non-normative to normative approaches. The author assumes a behavioral-interactional point of view and suggests some directions for research and intervention to practitioners of Psychology and Education in Brazil, at this decade.

Crise e transição são termos, hoje cada vez mais comuns em nosso vernáculo, veiculados, tanto por profissionais de Psicologia e Psiquiatria, como também pelos meios de comunicação de massa e pelos leigos. A idade adulta, considerada como um período de mudança e desenvolvimento, apresenta-se, igualmente, como uma idéia nova e crescentemente interessante, integrando o falar cotidiano de um número cada vez maior de leigos e profissionais, muito embora os primeiros trabalhos de pesquisa sobre temas ligados à vida adulta já datem de cerca de 20 anos (Neugarten, 1963a, 1963b, 1964, 1965). Vários eventos sócio-culturais contemporâneos podem

* Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da PUCCAMP

ser apontados como determinantes dessa emergente popularidade, destacando-se aí o feminismo, a revolução sexual e as mudanças a eles associados em atitudes, expectativas e valores vinculados ao desempenho de papéis sexuais, profissionais e parentais. Neste fim de século, em que o Homem - perplexo - vive uma série crise de valores espirituais, não por acaso associada a crises, igualmente sérias, em sua vida política, social e econômica, pelo menos uma pequena parcela alimentada, alfabetizada e humanizada da espécie, parece encontrar-se na contingência de voltar-se para si mesma, em busca de maior auto-conhecimento e auto-domínio. Aparentemente, os efeitos desses processos de reflexão e avaliação, aos poucos, se fazem sentir na Psicologia e na Educação, enquanto um conjunto de práticas e procedimentos voltados para os esforços de adaptação humana. A própria "Psicologia Oficial", que se desenvolve fora do país, parece tomar consciência de uma nova realidade individual e social, com certeza pressionada pela atuação e reflexão de terapeutas, conselheiros e educadores. Ao encetarem reflexões sobre sua prática, estes têm produzido pesquisas e propostas teóricas e empíricas que espelham e refletem a nova realidade. De tal forma, que já é possível observar nesses países, uma interrelação crescente entre a Psicologia Social, a Psicanálise, a Psicoterapia, o Feminismo, a Educação Sexual e as novas orientações à família. A nível teórico e de pesquisa, manuais estrangeiros sobre o desenvolvimento adulto, bem como periódicos com artigos dedicados ao tema, estão aí a influenciar as opções dos que buscam subsídios para seu trabalho e sua reflexão sobre a realidade. Na verdade, ainda não temos, no Brasil, linhas de pesquisa nem orientações teóricas definidas sobre a questão, mas já é possível observar esforços de grupos ou de pesquisadores isolados. São exemplos de trabalhos representativos na área, os desenvolvidos por pesquisadores da Fundação Carlos Chagas sobre a mulher, com orientação predominantemente social e antropológica (ver a propósito, o periódico "CADERNOS DE PESQUISA", e as publicações também da Fundação Carlos Chagas, Ed. Brasiliense de 1979 e 1981 compilando e resenhando a bibliografia brasileira sobre a mulher). Em outra

direção, os meios de comunicação em massa e uma certa literatura psicológica destinada ao grande público, têm se encarregado de fazer presentes preocupações e problemas correntes em outros países, exercendo muitas vezes a influência benéfica de suscitar e discutir questões ao consumidor cultural brasileiro, entre os quais se incluem, é claro, os praticantes de Psicologia. Quero crer que, pelo menos uma parcela destes esteja se tornando mais consciente da influência de certos imperativos de ordem sócio-econômica, ideológica e política sobre suas práticas e tomadas de decisão profissionais e de cidadãos. Entre esses imperativos poder-se-ia citar: a participação, cada vez maior, da mulher na força de trabalho, a expectativa de vida mais longa para o trabalhador, as alterações na estrutura e nas relações familiares, a crescente expectativa por condições de vida e de trabalho mais dignas e, particularmente, o crescente anseio por abertura democrática e pelo reconhecimento dos direitos do cidadão, que se pronuncia no seio da sociedade civil brasileira. Por certo ainda estamos longe de poder sequer sonhar com políticas de pesquisa e de intervenção psicológica e educacional voltadas, especificamente, para o adulto, como já vem ocorrendo em países desenvolvidos. No entanto, o praticante brasileiro de Psicologia e Educação da década de 80, não pode deixar de considerar o desafio que se desenha próximo, que é o de ter que atender ao mesmo tempo, várias prioridades sociais e de pesquisa, ainda antes do ano 2.000. Como casar esses imperativos é difícil saber, mas o fato é que eles vêm aí, atropelando esta geração de profissionais de Psicologia e Educação, que ainda mal definiram táticas, prioridades e modelos de pesquisa e intervenção, adequadas a nossa realidade. Este artigo se ocupará em arrolar e comentar algumas contribuições teóricas e empíricas recentes ao estudo do desenvolvimento adulto e, dentro destes, aos conceitos de crise e transição. Paralelamente, ensaiará a sugestão de algumas alternativas para a atuação do praticante de Psicologia e de Educação, tanto a nível de pesquisa como de intervenção, a nosso ver adaptadas à necessidade de se lidar com o desenvolvimento adulto nos dias que correm.

1. PONTOS DE VISTA SOBRE O DESENVOLVIMENTO ADULTO: A IDÉIA DE UM CONTÍNUO

Ao se enveredar pelo estudo do desenvolvimento adulto, o iniciante se defronta com uma razoável variedade de pontos de vista. O quadro inicial, via de regra, se lhe afigura confuso e com elementos conflitantes e, por vezes, difícil encontrar a ponta da meada. No entanto, o vislumbrar de possibilidades de se estabelecer critérios de classificação, transforma a tarefa em algo provocante. Do emaranhado brotam vinculações e tendências teórico-metodológicas e, de repente, é possível propor uma visão geral. Nossa tentativa, nessa direção, resultou da idéia de que os diversos pontos de vista sobre o desenvolvimento adulto podem ser dispostos ao longo de um contínuo. Este incluiria tanto a noção do desenvolvimento adulto como uma empreitada estritamente individual, em que fluem as vivências das várias crises de idade, interna e externamente determinadas, até aquelas que o consideram em termos de estágios e crises causados interna e até geneticamente. Coincidindo com os pontos intermediários desse mesmo contínuo, é possível dispor pontos de vista que enfatizam as crises apenas como eventos balizadores do desenvolvimento e peculiares a cada indivíduo, ao lado dos que preferem conceber crises ou pontos de transição previsíveis e sequenciais, determinados por idade e por estágios.

1.1- NEUGARTEN: O DESENVOLVIMENTO ADULTO COMO PROCESSO INDIVIDUAL E CONTÍNUO.

É preciso lembrar que o conceito de crise é realçado por enfoques normativos do desenvolvimento adulto, como por exemplo os de Erikson (1950), Gould (1978) e Levinson (1978). Entretanto, mesmo os enfoques não-normativos, ou que não consideram o desenvolvimento adulto, em termos de gradação por idades e da conseqüente previsibilidade das crises normativas, não podem deixar de render-se à evidência empírica e admitem a ocorrência de crises ligadas a eventos de desenvolvimento esperados (menopausa, aposentadoria, nascimento do primeiro filho) e não esperados (acidentes, doenças ou morte de filhos). Pensando na conotação negativa que o termo crise carrega, estes mesmos autores propõem o uso do termo transição ou da expressão ponto de transição para referir-se a momentos ou eventos do desenvolvimento adulto, que demarcam mudanças importantes. A tentativa de associar a idéia de crise/transição com uma perspectiva de mudança positiva, com frequência, tem se apoiado na lembrança de que

o grego "Krisis" significa mudança e crescimento e que na escrita chinesa, o ideograma que representa crise engloba simultaneamente signos referentes a desafio, perigo e crescimento. Num de seus artigos intitulado "CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO DESENVOLVIMENTO" (1969), Neugarten reafirma a idéia de que as descontinuidades e crises no desenvolvimento têm chamado mais a atenção dos psicólogos do que propriamente as continuidades. Vale lembrar aqui, que a noção de continuidade relaciona-se à consideração do desenvolvimento, enquanto for processo relativamente gradual e contínuo, sem interferências nem restrições severas. A mesma autora assume também um ponto de vista interessante, ao considerar que o estudo do adulto é ainda incipiente em comparação com o da criança e isto, principalmente, em função da complexidade do primeiro, como objeto de estudo. Esta complexidade deriva do fato dele experienciar padrões cada vez mais numerosos e complexos de exigências pessoais e sociais, que se refletem na qualidade do dado que apresentam para estudo. Para Neugarten, as dificuldades do estudioso aumentam diante da evidência resultante de que os adultos não só diferem entre si, como também mudam ao longo de seu processo de desenvolvimento, rumo à meia-idade e à velhice. Resumindo, o desenvolvimento é um fluxo contínuo de experiências, altamente pessoais, contrariamente ao que admitem os adeptos da existência de crises, acontecendo numa seqüência cronológica invariável. Ainda com respeito às diferenças entre a criança e o adulto, enquanto objetos de estudo, Neugarten (1979) afirma que este último manipula o ambiente para atingir suas metas, interpretando e, nesse sentido, recriando sua história e seu meio. Portanto, possui intencionalidade e comportamento antecipatório, o que no dizer de Lowenthal e colaboradores (1975), lhe permite reavaliação de suas metas, como a medida de adaptação. A busca de coerência quanto a própria história é ainda orientada por sentidos de tempo e ritmo, que lhe permitem colocar-se num tempo socialmente definido. É assim que as normas e expectativas dispostas pela sociedade, enquanto um sistema de controle social, funcionarão para ele como um "relógio Social", a lhe indicar se está "adiantado", "atrasado" ou "em dia", para os vários

desempenhos esperados para seu grupo de idade. Disto resulta, inevitavelmente, um conceito pessoal de ciclo de vida normal ou esperado, ligado ao seu auto-conceito e que lhe permitirá um grau característico de ajustamento. Acredito que, ao enfatizar a variabilidade individual, a proposta de Neugarten contribui para obscurecer a necessidade e a possibilidade de se descrever as regularidades do desenvolvimento adulto, sem dúvida uma exigência fundamental a sua compreensão e explicação. Estas se tornariam mais possíveis, com os enriquecimentos advindos de um salutar e desejável aumento na ênfase em estudos clínicos, incluindo medidas sistemáticas e repetidas dos mesmos sujeitos e/ou grupos, os quais seriam complementares a trabalhos de levantamento, de certa forma já abundantes na literatura e a outros, incluindo comparações inter-grupos, mediante critérios interculturais, sócio-econômicos, étnicos e antropológicos.

1.2 - A IDÉIA DO CURSO DE VIDA.

Diferindo um pouco da proposta de Neugarten, mas ainda distante da idéia de gradação por estágios ou por idades, ainda mais estruturada em termos de concepção sobre o desenvolvimento, encontramos as perspectivas de "curso de vida". Para Schollsberg (1982) tal perspectiva significa mais uma orientação intelectual geral ou atitude básica à consideração do desenvolvimento humano, do que propriamente uma proposta teórica. Pode-se apontar como exemplos dessa tomada de posição, os trabalhos realizados por Bayler, Cameron, Biber, Gamer, Thomaz, Kendall, Henry, Abetes, Riley, Brim e Kagan (apud Schollsberg, 1982; Alpert, 1982 e Rossi, 1980). Seus pontos fundamentais são três: a) que as mudanças de desenvolvimento e o envelhecimento se constituem num processo contínuo, não restrito a nenhum estágio particular; b) que as mudanças afetam simultaneamente, e de maneira interrelacionada, os domínios social, biológico e psicológico da vida humana e c) que o ciclo de vida é multi-determinado por eventos bio-psico-sociais. É igualmente fundamental à compreensão desse ponto de vista, a concepção de que "eventos críticos", "marcadores", "balizadores" ou ainda "pontos de transição", ocorrendo durante o desenvolvimento, molda-

riam e direcionariam esse processo. Funcionando como pontos de referência, "eventos críticos" como por exemplo a formatura, o casamento, a viuvez, a menopausa e o nascimento do primeiro filho, sobrepunham, em importância, a mera passagem da idade cronológica, que por sua vez seria vista apenas como um dos determinantes do desenvolvimento. Sobra também o conceito de estágios, pelo menos como sinônimo de categorias de idade cronológica ou de invariantes sequenciais, de efeitos cumulativos e irreversíveis, pressupondo aquisições e mudanças hierarquizadas. O resultado consequente é uma concepção de desenvolvimento como um processo aberto, passível de transformação e multideterminação contínuas. Nesta multideterminação tomariam parte fatores contextuais, representados principalmente por exigências sociais e por fatores históricos e sócio-culturais. Entrariam também aspectos individuais, significando, no momento da ocorrência de um evento crítico, o equilíbrio entre os recursos e os "déficits" do indivíduo para transpô-lo. Esta sequência de raciocínio deve ser quebrada neste ponto, para mencionar a importante questão de como imperativos políticos e ideológicos afetam as avaliações dos psicólogos quanto ao que é adaptado e desadaptado, normal e patológico, contínuo e descontínuo. Esta é uma questão intensamente discutida e não é por certo no âmbito de um trabalho acadêmico que poderá ser resolvida. Mas acreditamos que valha a pena re-enfatizar a noção de que o trabalho do psicólogo jamais é neutro. Talvez de sua ação consciente e refletida, da auto-investigação das injunções ideológicas e políticas que norteiam seu trabalho e, paralelamente, da abertura de espaço para interações reais com os sujeitos de sua ação a respeito desses aspectos, possam advir mudanças efetivas e úteis à prática da Psicologia, norteada como é pelos princípios de adaptação e normalidade. Ainda a nível de experiência individual, na determinação deste potencial de equilíbrio, influíram a história passada: a percepção que o indivíduo tem desse seu potencial para enfrentar uma transição particular (e transições de um modo geral), a experiência prévia de eventos comparáveis, a percepção individual sobre o evento de transição, os ambientes pré e pós-transição e sua rede de

relações sociais. Por outro lado, a deterioração é uma alternativa possível à adaptação, esta vista em termos de reorganização em papéis, cognições e relações afetivas e sociais. Para Schollsberg (1982) uma crise ou transição reflete a ocorrência ou não ocorrência de um evento, resultando em mudanças no auto-conceito, na percepção de mundo e nas relações com as mudanças comportamentais correspondentes. São exemplos de ocorrência de eventos, os acima citados (formatura, nascimento do primeiro filho, aposentadoria, viuvez e menopausa). Como não-ocorrência pode-se citar, entre outras, o não alcance de metas profissionais, o não-casamento para pessoas que o desejavam e o divórcio, contrapondo-se a uma vida conjugal estável. Isto significa que uma crise pode ser devida tanto a mudanças esperadas como não esperadas, tanto a ganhos como a perdas, podendo portanto ter aspectos positivos ou negativos. Trata-se de um processo durante o qual o indivíduo gradativamente caminha de um estado de total preocupação, que obscurece ou mascara outros aspectos de sua experiência, para um estado mais estável de organização e integração. Diferentes pessoas em diferentes épocas de suas vidas, apresentam diferentes graus de facilidade de adaptação à transição, em função dos elementos já citados, como por exemplo, o equilíbrio entre seus recursos e seus "deficits", a transição em si mesma dos ambientes pré e pós transição e os fatores individuais. O equilíbrio entre recursos e "déficits" inclui a percepção que a pessoa tem a esse respeito, isto é, sua experiência subjetiva de competência e sua experiência real de lidar com a crise atual e as passadas. Essa percepção é indissociável das interações sociais experienciadas no momento e no decorrer de sua história passada, na medida que nessas situações os semelhantes comunicam ou comunicaram para ele suas percepções a respeito dos pontos ressaltados acima, constituindo-se assim essas informações em importantes eventos cognitivos. É neste ponto que Schollsberg(1982), apoiada em pesquisas e análises teóricas, enfatiza a importância do apoio interpessoal, inerente à rede de relações sociais, formais ou informais, que podem ser decisivas à experiência individual de lidar com a ansiedade, o

medo, a culpa, a vergonha, a inferioridade ou outros sentimentos perturbadores que intervêm no processo de lidar com as crises. Aspectos de transição em si mesmo podem igualmente afetar a adaptação, podendo-se citar: mudanças de papel, mudanças afetivas, duração, grau de ansiedade, origem, ritmo, fonte e forma de aparecimento da transição. O quadro I apresenta na íntegra, o modelo proposto por Schollberg (1982), como forma de ilustração da proposta considerada como de "curso de vida".

1.3- CRISES PREVISÍVEIS DO DESENVOLVIMENTO ADULTO.

O ponto central a esta concepção é o da existência de um impulso fundamental e intrínseco para a mudança, não importando que esta se manifeste ou não num acontecimento balizador, ou seja, por ele acentuado ou desencadeado (Sheehy, 1974). Reconhece-se no entanto, que os eventos externos desempenham nesse processo o papel de desencadear a experiência subjetiva da transição, a partir de uma mudança que se esboçava internamente. Assim, por exemplo, uma doença ou acidente pode marcar o início de um período de depressão e "stress", mas apenas em função da existência de uma condição prévia de predisposição à mudança presente e/ou exacerbada na ocasião. Semelhantes noções têm sido divulgadas com frequência ao público norte-americano em publicações de divulgação da Psicologia. Entre elas, as mais destacadas são as de Lowenthal e colaboradores (1975); Rubin (1975); Sheehy (1974); Levinson (1978); Gould (1978) e Scarff (1980). Algumas delas como as de Sheehy e Scarff foram traduzidas e impressas em português em 1979 e 1982 respectivamente. Ao lado de publicações de orientação feminista, acreditamos que se constituam em importantes pistas e modelos para o estabelecimento de noções, opiniões e curiosidades sobre temas do desenvolvimento adulto, pelo menos em determinados segmentos da população, como já afirmei no início deste artigo. Boa parte desse material de divulgação se apóia em conceitos de estágios e de crises previsíveis no desenvolvimento adulto. Uma das propostas mais influentes nessa direção é a de Erikson sobre os estágios psicossociais do desenvolvimento.

1.3.1 - ERIKSON: CRISES PSICOSSOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO ADULTO. A teoria de Erikson (1950,1955) assume a existência de uma seqüência invariante e hierarquizada de estágios, cada um deles, caracte-

TRANSIÇÃO

Evento ou não evento resultante em mudança. Mudança nas relações sociais. Possibilidade de crescimento ou deterioração.

CARACTERÍSTICAS DA TRANSIÇÃO EM SI MESMA

- .Mudança de papel: ganho ou perda.
- .Emoções: positivas ou negativas.
- .Fonte: interna ou externa.
- .Previsibilidade: prevista ou não prevista.
- .Início: Gradual ou súbito.
- .Duração: permanente, temporária ou incerta.
- .Grau de ansiedade.

CARACTERÍSTICAS DOS AMBIENTES PRÉ E PÓS TRANSIÇÃO

- .Sistemas internos de apoio: Relações de intimidade; Unidade da família; Rede de amigos.
- .Suportes institucionais.
- .Ambiente físico.
- .Fatores culturais.

CARACTERÍSTICAS DO INDIVÍDUO

- .Competência psicossocial.
- .Sexo e identificação do papel sexual.
- .Idade.
- .Saúde.
- .Raça / Etnia
- .Nível socio-econômico.
- .Orientação de valor.
- .Experiência anterior com uma transição parecida.

ADAPTAÇÃO

Movimento ao longo de fases através da transição: do embebedimento total da personalidade à reorganização

DEPENDE DE:

- . Equilíbrio entre os recursos e déficits do indivíduo;
- . Diferenças entre os ambientes pré e pós transição, reelaboração das percepções, apelos e do indivíduo.

QUADRO II - CORRESPONDÊNCIA ENTRE ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO, TAREFAS EVOLUTIVAS E CRISES PSICOSSOCIAIS, SEGUNDO A TEORIA DE ERIKSON

ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO	TAREFAS DE DESENVOLVIMENTO	CRISES PSICOSSOCIAIS
1. (0 a 2) - Fase bebê.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de relações sociais. 2. Conceito de permanência do objeto. 3. Inteligência sensório-motora, e causalidade primitiva. 4. Maturação de funções motoras. 	1. Confiança X desconfiança.
2. Infância (2 - 4a).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Auto-controle. 2. Desenvolvimento da linguagem. 3. Fantasia e jogo. 4. Elaboração da locomoção. 	2. Autonomia X Vergonha e Dúvida.
3. Idade pré-escolar (5 - 7a).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação do papel sexual. 2. Desenvolvimento moral inicial. 3. Operações concretas (início). 4. Brinquedo em grupo. 	3. Iniciativa X Culpa.
4. Idade Escolar (5 - 7a).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cooperação social. 2. Auto-avaliação. 3. Habilidades de aprendizagem. 4. Jogos cooperativos. 	4. Laboriosidade X Inferioridade.
5. e 6. Puberdade e Adolescência (18 a 22 a).	<ol style="list-style-type: none"> 1. Maturação física. 2. Operações formais. 3. Ser membro de um grupo de iguais. 4. Relações heterossexuais. 	5. Identificação X Alienação.
7. Idade adulta Inicial (23-30a).	<ol style="list-style-type: none"> 5. Autonomia dos pais. 6. Identidade do papel sexual. 7. Moralidade internalizada. 8. Escolha de carreira. 	6. Identidade indivíduo X Difusão de Papel.
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Casamento. 2. Criação de filhos. 3. Trabalho. 4. Estilo de vida. 	7. Intimidade X Isolamento.

rizado pela ascendência de uma crise psicossocial e de tarefas evolutivas a serem dominadas pelo indivíduo. Existiriam assim, oito estágios (ou idades), cobrindo todo o curso de vida, do nascimento à morte. Até a adolescência eles se sobrepõem aos estágios psicossociais da teoria freudiana (Freud, 1905), mas a esses quatro se acrescentam outros tantos, agora referentes à vida adulta. Em sua análise epigenética do desenvolvimento, Erikson inclui os determinantes sócio-culturais, aliás o forte de sua proposta alternativa à determinação biológico-instintual do desenvolvimento pretendido por Freud. A idéia de tarefas está ligada a uma concepção normativa de estágios do desenvolvimento, abrangendo aspectos biológicos, psicológicos e sociais. Segundo Havighurst (1973) a realização ou domínio das tarefas de um estágio é pré-requisito para a passagem ao subsequente e para a resolução de novas tarefas, as quais muitas vezes impõem ao indivíduo boa dose de ansiedade e conflito. São definidas em termos de habilidades, conhecimentos, funções e atitudes que o indivíduo deve adquirir num dado momento de sua vida, em função da maturação biológica, da motivação e de perspectivas sociais. Já o conceito de crise psicossocial refere-se mais a um conjunto de tensões e exigências normais numa sociedade, do que a um conjunto extraordinário de eventos. Significa a tensão existente em cada estágio, cujo domínio é condição para o progresso para o estágio seguinte. A idéia de domínio dessas crises ou tensões liga-se aos esforços ativos da pessoa para diminuir a ansiedade a criar novas soluções. Referindo-se à questão, White (1974) aponta três componentes desse processo de domínio: a habilidade de obter e processar novas informações, a habilidade de manter auto-controle emocional e a habilidade de mover-se livremente dentro do próprio ambiente. Tais habilidades permitiriam o verdadeiro desenvolvimento do indivíduo e não meramente a manutenção do seu equilíbrio em face da ameaça. No Quadro II aparece um esquema resultante da tentativa da justaposição dos três primeiros conceitos organizadores citados. Ao comentar, ainda que brevemente, as idéias de Erikson quanto às fases do desenvolvimento adulto, cumpre considerar o estágio precedente da adolescência onde, em

função dos conflitos decorrentes da resolução da crise de identidade coincidente com a puberdade e das novas exigências sociais a ela vinculadas, a continuidade do desenvolvimento é relativamente mais questionada que nas etapas precedentes. Segundo Erikson (1971), o adolescente deve integrar as identificações vivenciadas anteriormente com as novas vicissitudes da libido, adquirir novas atitudes e novos papéis sociais. Os riscos inerentes a esse "passar a limpo a identidade", durante uma espécie de moratória em que a moralidade é redefinida e a personalidade sujeita a valores, são a confusão de papéis e a alienação. Entre parênteses, é importante lembrar aqui um provocativo artigo de Erikson (1971) acerca dos determinantes da rebeldia dos adolescentes, em que defende a idéia de que os jovens não são rebeldes. E não o são em função de restrições de natureza sócio-cultural que, aliadas à própria escassez ou falta mesmo de adequados modelos de rebeldia ou participação, terminam por alienar o jovem da realidade social, e por extensão, de sua realidade interna e individual. Acredito que tal formulação ganhe realce em nossos dias, em que tanto a Filosofia e a Psicologia lamentam o desengajamento do adulto com o seu próprio destino. Tudo se passa como se os detonadores necessários à exploração e à criação de um Novo Homem fossem propositadamente desativados antes da hora, impedindo a consciência e a participação, ainda que se conservem as forças internas necessárias para tanto. Lembrando um princípio comportamental fundamental, não existe comportamento, mudança ou movimento possíveis, sem o evento externo provocador correspondente. Voltando à sequência de crises psicossociais, do domínio das tensões inerentes à adolescência depende o domínio da crise seguinte (intimidade X isolamento). Para Erikson (1950) intimidade corresponde a uma capacidade concreta de afiliar-se e compartilhar, submetida a um sentido ético que confere a essas atividades, características de sacrifício, compromisso e responsabilidade. Coincide também com a capacidade de auto-abandono, sem perda da identidade, em situações íntimas de afiliação, como por exemplo, nas relações sexuais e em amizades íntimas. Sua contrapartida é o isolamento que, embora cumpra uma função apro-

prizada de auto-defesa, pode conduzir o indivíduo ao preconceito e à competição dirigida a outrem e a si próprio. O termo "generatividade" tem a ver com o desenvolvimento evolucionário que permitiu ao Homem ensinar e ser ensinado. Seu significado primário é portanto o de conduzir a geração subsequente, incluindo adicionalmente os sentidos de "produtividade" e "criatividade". Entretanto, nem estes isoladamente, nem a procriação propriamente dita garantem ao adulto a generatividade, cujo significado mais aproximado talvez seja o de auto-doação. Quando falha, sobrevem a estagnação que, ainda para Erikson, revela-se numa necessidade obsessiva de pseudo-intimidade, acompanhada de sentimentos crescentes de estagnação e empobrecimento pessoal. Por fim, a integridade está associada à aceitação dos próprios ciclo e estilo de vida e ao esforço pela sua valorização e preservação. O oposto é o desespero, que resulta no medo da morte, ou na sensação de que o tempo é curto e a vida avara, ou ainda no sentimento de que é tarde demais para recomeçar ou tentar rotas alternativas rumo à integridade.

1.3.2. - Gould- Uma concepção influente na literatura psicológica norte-americana sobre o adulto é a de Gould (1972 e 1978). Embora paralela, ela é destituída do nível de estruturação teórica que caracteriza a teoria de Erikson. A partir de trabalhos de levantamento, envolvendo sujeitos clínicos e não clínicos, Gould também considera o desenvolvimento adulto como uma luta pela libertação das restrições internas da infância. Esta luta definiria uma sequência de mudanças sequenciadas no tempo, embora não determinada por mudanças etárias, determinando sucessivas e complementares posturas do "self", aos mundos interno e externo.

1.4 - LEVINSON: AS ESTAÇÕES DA VIDA HUMANA.

Chegando ao extremo do contínuo imaginário que percorremos ao longo deste trabalho, é possível reconhecer a proposta de Levinson e col. (1978) segundo quem as transições particulares são intimamente relacionadas à idade cronológica. Essas transições ocorreriam numa sequência invariável dentro de uma "estrutura de vida" em que assumem capital importância os conceitos de imagens e fantasias, da influência do mentor e dos efeitos das polaridades jovem-velho e

masculino-feminino. Tais conclusões derivaram de pesquisas realizadas pelo grupo de Yale, capitaneado por Levinson que, em meados da década de 70, focalizou adultos masculinos provenientes de quatro grupos ocupacionais: executivos, operários de indústrias, biólogos, e escritores. Seu interesse específico foi a meia-idade masculina e a definição do papel desempenhado pelo trabalho na oscilação entre períodos de tranquilidade e de transição na vida adulta.

2. UM PONTO DE VISTA INTERACIONAL COMPORTAMENTAL - A análise das várias concepções empíricas e teóricas sobre o desenvolvimento adulto conduz facilmente à conclusão de que há consenso quanto à idéia de crises, representando pontos de transição ou desequilíbrio, em princípio passageiros e mobilizadores dos recursos emocionais, cognitivos, sociais e relacionais do indivíduo. As discordâncias são mais aparentes, quando se trata da origem dessas crises: os desenvolvimentistas (Erikson, Gould, Levinson) enfatizam os processos internos, determinantes da previsibilidade da invariabilidade das seqüências de desenvolvimento, enquanto que os adeptos das noções de curso ou fluxo de vida chamam a atenção para os aspectos sociais e interacionais. O modelo de Schollberg (1982) parece bastante satisfatório por discernir no processo interacional de adaptação às transições, elementos ambientais, históricos e individuais. Por outro lado, o assumir de um enfoque interacional-comportamental sobre o desenvolvimento adulto e pontos de transição durante o seu curso, implica na aceitação da idéia de que quaisquer eventos que se considerem como determinantes do desenvolvimento, só têm sentido no contexto da história comportamental do indivíduo, que com eles interage de modo como aprendeu a fazê-lo em seu ambiente sócio-cultural. As experiências de transição não têm origem interna, nem seus resultados são internalizados para posteriormente afetarem a resolução de outras crises. Há sim eventos de desenvolvimentos biológicos e ambientais que propiciam ocasiões para mudanças comportamentais, à medida em que o indivíduo reage a eles. Como se sabe, o falar e o pensar são formas proeminentes deste comportar-se em relação a esses eventos. Daí talvez a confusão conceitual de se pensar que as transições ou crises estão ou são originadas de dentro das pessoas: elas apenas as nomeiam, descrevem e analisam

inclusive, como forma de obter novas informações, novos elementos cognitivos e até mesmo alguns sub-produtos do relacionamento social, como a aceitação e o reconhecimento cruciais em determinados momentos de suas vidas. Portanto, ao responder a um evento externo ou interno (este gerado por seu próprio comportamento verbal), o organismo o faz a partir de sua história passada de interações com o ambiente ao qual tinha competências determinadas para responder. Um conjunto de fatores atua a níveis ontogênico e filogenético, determinando a natureza dessa responsividade, ao longo do desenvolvimento de cada um. Na consideração do desenvolvimento nesses termos, o tempo perde o "status" de fator causal, para significar tão somente uma dimensão arbitrária ao longo da qual, eventos comportamentais e mudanças biológicas considerados relevantes são assinalados. Seguindo o mesmo raciocínio, o conceito de estágios do desenvolvimento, enquanto fatores determinantes de mudanças, também se torna supérfluo. Entretanto, ambos os conceitos impregnam as noções populares e de grande parte dos praticantes de Psicologia sobre o desenvolvimento. Não há mesmo como negar que elas possivelmente funcionem como poderosos eventos disposicionais para mudanças comportamentais, ocorrendo nas épocas estipuladas por tais conceitos. Ou seja, numa cultura que impõe certa espécie de gradação por idade a seus membros, é de se esperar que alguns eventos como por exemplo a maioridade civil, a puberdade, o casamento, a viruvez, a menopausa e a aposentadoria funcionam como marcos ou eventos críticos na vida das pessoas, determinando mudanças comportamentais. Cumpre então, diante desse quadro, destacar mais as regularidades do que o individual e idiossincrático e mais a continuidade do que a descontinuidade, muito embora o próprio modelo clínico em Psicologia venha tradicionalmente destacando mais o individual, o atípico e o descontínuo. Finalmente, é importante lembrar que o elemento sobre o qual o psicólogo e o educador têm realmente chance de atuar é o comportamental, ocorrendo aqui e agora, por mais que se admita a influência de fatores internos ou ligados à história passada, como determinantes de certos aspectos do comportamento. O adulto que pensa e fala sobre si mesmo, que se avalia, se compara, se propõe

metas, se admite dono de sua própria história, se vê e revê nos semelhantes e projeta seu futuro, é o material bruto por excelência dessa tuação. Esse mesmo adulto fala um código que, longe de significar apenas um ato individual e isolado de descrever ou classificar eventos de sua própria história, significa também todo o peso das influências culturais que o afetam. As pessoas ao falarem e pensarem sobre si mesmas o fazem de modo como aprenderam a fazer e do modo mais aceito, usual, comum ou frequente em seu grupo de referência, e na sociedade de um modo geral. A comunicação de suas experiências e sentimentos inclui a mediação de seus semelhantes, com quem contactou e contactava física e biologicamente. Estes fatos são óbvios e representam o grande desafio a todo o profissional que, a exemplo de psicólogos e educadores, lida com auto-relatos sobre experiências e sentimentos, a cujos determinantes só o falante tem acesso direto. São eventos privados que, ao contrário dos públicos, não permitem acesso direto do observador, ouvinte ou interlocutor, pelo menos por meio dos instrumentos convencionais de que dispomos no momento. Uma dor, um estado de excitação sensorial ou de privação são passíveis de medidas objetivas, o que não ocorre de jeito nenhum com os estados subjetivos. Nem por isso eles devem ser subestimados como determinantes do comportamento do adulto, nem tampouco superestimados na direção de se enfatizar o pessoal, o idiossincrático e o não sujeito a regularidades. Acredito que o praticante de Psicologia estará mais próximo de uma atuação mais lúcida se, ao mesmo tempo em que admitir a dificuldade de acesso a esses relatos e aos dados que lhes dão origem, admita também com tranquilidade, de que esse "é o seu dado por excelência". É imperativo aperfeiçoar a instrumentação de acesso a esses dados, melhorar a focalização sobre os eventos ambientais que estariam a eles relacionados, acreditar que é importante não só perguntar ao informante "como", "se" e "quando", mas também e principalmente por que se comportou. Estas seriam considerações necessárias à compreensão de várias questões sobre o desenvolvimento adulto e à realização de inferências e generalizações úteis a partir dos dados. Os estudiosos que escreveram, pesquisaram ou propuzeram

modelos para a explicação dessas crises, sem dúvida desempenharam um importante papel para o melhor conhecimento da questão, ao apontar algumas de suas regularidades e seus possíveis determinantes. Ao contrário do que possa parecer, não criaram essas regularidades, mas sim abstrações, constructos e conceituações que aparecem em diferentes quadros de referência teóricos e empíricos sobre o desenvolvimento. Resta reunir essas informações, sugestões e intuições num todo mais coerente e esclarecedor, em que as respostas às questões "porque", "como", "se" e "quando" se harmonizem e venham a permitir melhores investigações e intervenções, além de análises internas mais consistentes sobre as interpretações disponíveis na literatura.

BIBLIOGRAFIA

- ALPERT, J.L -Theoretical Perspectives on the Family Life Cycle. "THE COUNSELING PSYCHOLOGIST", 1982, 9 (4): 25-34.
- ERIKSON, E.-Eight Ages of Man. In "CHILDHOOD AND SOCIETY". N.Y.: WW. Norton & Co., 1950. pp. 247-261.
- _____ Reflexiones Acerca del Desconformismo en la juventud
- "CUADERNOS DE LA S.A.P.P.I.A.", 1971, 1:35 -65.
- FREUD, S - Tres Ensayos para uma Teoria Sexual (1905). In Obras Completas, Vol.I, parte VII. Madrid: Ed. Biblioteca Nueva, 1967
- GALINSKY, E.- "BETWEEN GENERATIONS THE SIX STAGES OF PARENTHOOD. N.Y.: Times Books, 1981
- GOULD, R. - The Phases of Adult Life: A Study in Development Psychology. "AMERICAN JOURNAL OF PSYCHIATRY", 1972, 129 (5): 33-43.
- _____ "TRANSFORMATIONS: GROWTH AND CHANGE IN ADULT LIFE".- N.Y. : Simon & Schuster, 1978
- HAVIGHUST, R.E. - History of Developmental Psychology: Socialization and Personality Development Through Life Span. In P.B.Balter & K.W.SCHAIE (Eds.), "PERSONALITY AND SOCIALIZATION. N.Y.: Academic Press, 1973.
- LEVINSON, D.J.-THE SEASONS OF MAN'S LIFE". N.Y.:Knopf,1978.

- LOWENTHAL, M.F.; THURNHER, M. & CHIRIBOGA, D. - "FOUR STAGES OF LIFE: A COMPARATIVE STUDY OF WOMEN AND MEN FACING TRANSITIONS". S. Francisco, Cal.: Jossey-Bass, 1975.
- NEUGARTEN, B.L.; LIWOOD, V.; KRAINES, R.J. and LOOMIS, B. - Women's Attitudes Toward the Menopause. "VITA HUMANA", 1963, 6, 140-151 (a).
- NEUGARTEN, B.L. - Personality and the Aging Process, in R.H. Williams, C. Tibbitts e W. Donahue (Eds.) "PROCESSES OF AGING", vol. I, N.Y.: Atherton Press, 1963 (b). Reimpresso in F. Reblsky (Ed.), "LIFE THE CONTINUOUS PROCESS. READING IN HUMAN DEVELOPMENT", N.Y.: Knopf, 1975.
- _____ "PERSONALITY IN MIDDLE AND LATE LIFE". N.Y.: Otherton Press, 1964.
- NEUGARTEN, B.L.; MOORE, J.W. and LOWE, J.C. - Age Norms, Age Constraints and Adult Socialization. AMERICAN JOURNAL OF SOCIOLOGY", 1965, 70: 710-717.
- NEUGARTEN, B.L. - Continuities and Discontinuities of Psychological Issues into Adult Life. "HUMAN DEVELOPMENT", 1969, 12: 121-130.
- _____ Time, Age and The Life Cycle. "AMERICAN JOURNAL OF PSYCHIATRY", 1979, 136(7): 887-894.
- ROSSI, A. - Life Span Theories and Women's Lives. "SIGNS: JOURNAL OF WOMEN IN CULTURE AND SOCIETY", 1980, 6(1): 4-32
- RUBIN, L.B. - "WOMEN OF A CERTAIN AGE: THE MIDLIFE SEARCH FOR SELF". N.Y.: Harper & Row, 1979.
- SCARFF, M. - "CRISES PREVISÍVEIS. PONTOS DE PRESSÃO NA VIDA DAS MULHERES". R.J.: Francisco Alves, 1982 (Trad. do orig. amer. de 1980, "UNFINISHED BUSINESS", por Luisa Ibañes).
- SHEEHY, G. - Passagens. Crises Previsíveis da Vida Adulta. R.J.: Francisco Alves, 1979. Trad. do orig. amer. de 1974, "PASSAGES" PREDICTABLE CRISES OF ADULT LIFE", por D.M. Garschagen.
- SCHOLLSBERG, N.Y. - A Model for Analysing Human Adaptation to Transition. "THE COUNSELING PSYCHOLOGIST", 1982, 9 (2): 2-18.
- WHITE, R. - Strategies of Adaptation : An attempt at systematic description. In R. Moos (Ed.), "HUMAN ADAPTATION: COPING WITH LIFE CRISES", Lexington, M.: Heath, 1976.